

MARCIO EDUARDO DE OLIVEIRA DUARTE

**O AMBIENTALISMO E O SEU IMPACTO NA
SOBERANIA NACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia.

Orientador: Prof. Márcio José Borges.

Rio de Janeiro
2020

Este trabalho, nos termos de legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG.

MARCIO EDUARDO DE OLIVEIRA DUARTE

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D812a Duarte, Marcio Eduardo de Oliveira

O ambientalismo e o seu impacto na Soberania Nacional / Marcio Eduardo de Oliveira Duarte. - Rio de Janeiro: ESG, 2020.

61 f.

Orientador: Prof. Márcio José Borges.

Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), 2020.

1. Desenvolvimento Nacional - Brasil. 2. Meio ambiente. 3. Soberania Nacional - Brasil. 4. Ambientalismo. I. Título.

CDD – 333.72

A minha amada esposa Miryam, companheira de todas as horas e responsável por todas as grandes e verdadeiramente importantes conquistas de minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Criador e Redentor meu, por me ter criado, feito cristão e conduzido até aqui.

Ao meu Orientador, que além da permanente educação, generosidade e paciência, indicou com segurança e precisão o caminho para o conhecimento e conclusão deste trabalho.

Ao Corpo Permanente da ESG pelos ensinamentos e orientações que me fizeram refletir, cada vez mais, sobre a importância de se estudar o Brasil com a responsabilidade implícita de melhorá-lo.

RESUMO

Esta monografia aborda o Ambientalismo que é a fusão do globalismo com a ecologia; a primeira, uma ideologia que acredita que os problemas atuais são melhor abordados dentro de uma perspectiva global e, o segundo, o estudo do meio-ambiente. O objetivo deste estudo é, identificar como esse fenômeno do ambientalismo e o seu discurso de preservação do meio-ambiente atuam como ferramenta de pressão sobre o Governo Brasileiro, buscando mitigar a Soberania Nacional e barrar o Desenvolvimento Nacional, forçando a implantação de políticas públicas, manipulando a opinião pública, a fim de contribuir com o avanço da agenda globalista e, ao **final**, apresentar propostas para mitigar os seus efeitos nocivos ao Desenvolvimento Nacional. A metodologia adotada comportou uma pesquisa bibliográfica e documental, visando buscar referenciais teóricos, além da experiência do autor como militar. O presente trabalho está limitado ao estudo dos principais projetos de poder global - com foco no projeto de maior influência no Brasil. Discorre sobre a cobiça internacional nas riquezas naturais do Brasil e está estruturado em capítulos ordenados de forma a possibilitar a familiarização com os conceitos próprios do assunto, a forma de atuação dos agentes globalistas, o conhecimento básico da legislação brasileira sobre o meio-ambiente e **seus** efeitos no Desenvolvimento Nacional, uma concisa análise do ambiente e do poder, seguida de elaboração de cenários e concepções política e estratégica para, ao fim, apresentar propostas em nível estratégico para enfrentar esse fenômeno globalista. A conclusão indica ações positivas a serem desenvolvidas e cuja implementação poderia contribuir para a proteção de nossa Soberania e garantia do Desenvolvimento Nacional.

Palavras-chave: Desenvolvimento Nacional - Brasil. Meio Ambiente. Soberania Nacional. Ambientalismo.

ABSTRACT

This monograph addresses Environmentalism, which is the fusion of globalism with ecology; the first, an ideology that believes that current problems are better addressed from a global perspective, and the second, the study of the environment. The objective of this study is to identify how this phenomenon of environmentalism and its discourse of preserving the environment act as a tool of pressure on the Brazilian Government, seeking to mitigate National Sovereignty and stop National Development, forcing the implementation of public policies, manipulating public opinion in order to contribute to the advancement of the globalist agenda and, in the end, to present proposals to mitigate its harmful effects on National Development. The adopted methodology included a bibliographic and documentary research, aiming to search for theoretical references, in addition to the author's experience as a military man. The present work is limited to the study of the main projects of global power - focusing on the project of greatest influence in Brazil. It discusses the international greed in Brazil's natural wealth and is structured in chapters arranged in order to enable familiarization with the concepts proper to the subject, the way in which globalist agents act, the basic knowledge of Brazilian legislation on the environment and its effects on National Development, a concise analysis of the environment and power, followed by the elaboration of political and strategic scenarios and conceptions to, in the end, present proposals at a strategic level to face this globalist phenomenon. The conclusion indicates positive actions to be developed and whose implementation could contribute to the protection of our Sovereignty and guarantee of National Development.

Keywords: *National Development - Brazil. Environment. National Sovereignty. Environmentalism.*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
3	A NOVA ORDEM MUNDIAL.....	13
4	O BRASIL E A NOVA ORDEM MUNDIAL.....	21
4.1	O esgotamento dos recursos naturais não renováveis.....	22
4.2	A biodiversidade ameaçada nas florestas tropicais úmidas.....	26
5	ANÁLISE DO AMBIENTE.....	31
5.1	Antecedentes.....	31
5.2	Tendências de Peso.....	31
5.3	Atores Sociais (Stakeholders).....	32
5.4	Análise do Ambiente Externo.....	32
5.4.1	Ameaças.....	33
5.4.2	Oportunidades.....	33
5.5	Análise do Ambiente Interno.....	33
5.5.1	Pontos Fortes.....	34
5.5.2	Pontos Fracos.....	34
5.6	Análise entrecruzada e vetores estratégicos.....	34
6	ANÁLISE DO PODER.....	37
6.1	Planos em vigor.....	37
6.2	Necessidades.....	39
6.3	Meios disponíveis e potenciais.....	40
7	ELABORAÇÃO DE CENÁRIOS.....	41
7.1	Fatos Portadores de Futuro.....	41
7.2	Eventos Futuros Preliminares.....	41
7.3	Análise Estrutural.....	43
7.4	Análise da Estratégia dos Atores.....	44
7.5	Construção de Cenários Extremos.....	46
8	CONCEPÇÃO POLÍTICA.....	47
8.1	Pressupostos Básicos.....	47
8.2	Cenário Desejado.....	47

8.3	Cenário Normativo.....	48
9	CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA.....	50
9.1	Levantamento dos Óbices.....	50
9.2	Definição das Linhas de Ação Estratégicas.....	50
9.3	Teste de Adequabilidade.....	51
9.4	Teste de Exequibilidade.....	52
9.5	Teste de Aceitabilidade.....	53
9.6	Opção Estratégica.....	53
9.7	Diretrizes Estratégicas.....	55
10	CONCLUSÃO.....	56
	REFERENCIAS.....	59

1. INTRODUÇÃO

Moderação na defesa da verdade é serviço prestado à mentira.

Olavo de Carvalho.

As maravilhas da natureza nos atraem e o meio-ambiente sempre foi objeto de interesse do ser humano, quer seja por necessidade filosófica e religiosa por conta das manifestações naturais, quer seja por necessidade concreta e racional pelo uso dos recursos naturais. Tanto o homem de fé quanto o descrente possuem bases intelectuais e emocionais definidas e estáveis sobre a importância do meio-ambiente.

Caminhando paralelamente à essa relação do homem com a natureza está a relação política do homem com os outros homens, que desde sempre se organizaram de diversas formas em agrupamentos sociais, visando sua segurança e maior bem-estar.

Com o passar do tempo, as formas de organização da sociedade evoluíram até o surgimento no século XVII do Estado Nacional - forma atualmente adotada por quase todas as Nações no mundo e caracterizada pela soberania do Estado sobre o seu território nacional.

Após o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, no final dos anos 1980, uma nova organização dos poderes no mundo começa a se formar, constituída por três projetos que objetivam a concentração de poder numa escala mundial e que constituem o que alguns autores chamam de Nova Ordem Mundial (NOM).

Esses três projetos interagem, algumas vezes antagonizando entre si, outras vezes em colaboração. As estratégias adotadas por esses projetos de poder para avançar na implantação do Governo Mundial são distintas: pela adoção de uma religião; pelo controle do ensino, das comunicações de massa e da cultura; e, pelo controle político-económico.

Pela importância e poder que tem sobre os homens, a questão ambiental vem sendo utilizada como instrumento na consecução do maldito objetivo de instauração do Governo Mundial e, a Organização das Nações Unidas (ONU), os grandes Órgãos de Imprensa e as Organizações Não Governamentais (ONG) são os veículos utilizados para efetivação dessas medidas que, inevitavelmente, avançam sobre as soberanias nacionais, desrespeitam o princípio da autodeterminação dos povos e, atacam

nossas liberdades individuais e nossos valores morais.

A esse fenômeno chamamos ambientalismo, que é a fusão do globalismo com a ecologia, que por sua vez são, a primeira, uma ideologia que acredita que os problemas atuais são melhor abordados dentro de uma perspectiva global e o segundo, o estudo do meio-ambiente.

A questão ambiental no Brasil desempenha papel de protagonista no Poder Nacional por conta da vocação nacional para o agronegócio, a natureza exuberante do País e o seu extenso litoral. Pela influência dos agentes acima citados, governadores do passado promulgaram leis ambientais onerosas ao Desenvolvimento Nacional e observou-se o aumento de áreas do território nacional decretadas sob algum tipo de proteção ambiental, impactando diretamente o produtor rural brasileiro.

Outro evento relacionado ao tema meio-ambiente foi a grande repercussão por conta de declarações de líderes de países europeus acerca da maneira como o Governo Brasileiro gerenciava a preservação da Floresta Amazônica, ressurgindo o antigo temor da sociedade brasileira de uma possível intenção de internacionalização da Amazônia.

Por fim, cabe citar a notória presença de ONG internacionais, principalmente na região amazônica, milhares delas, sem o mínimo e necessário controle de suas atuações no País pelos órgãos governamentais, pressionando as instituições e governos acerca de questões ambientais.

O presente estudo tem como Objetivo Geral responder ao seguinte problema: como esse fenômeno do ambientalismo e o seu discurso de preservação do meio-ambiente atuam como ferramenta de pressão sobre o Governo Brasileiro, buscando mitigar a Soberania Nacional e barrar o Desenvolvimento Nacional, forçando a implantação de políticas públicas e manipulando a opinião pública a fim de contribuir com o avanço da agenda globalista?

Para alcançar o Objetivo Geral proposto para o Trabalho, apresentam-se como Objetivos Intermediários:

- identificar os principais conceitos básicos relacionados ao tema;
- apresentar breve histórico das questões climáticas e ambientais que a Comunidade Internacional debateu;
- apresentar como a ONU aplica a governança global de forma a burlar as soberanias nacionais;

- identificar qual o lugar para o Brasil na nova ordem mundial pós-queda do muro de Berlin; e
- apresentar propostas para mitigar os efeitos nocivos ao Desenvolvimento Nacional.

O presente trabalho estará limitado ao estudo dos principais projetos de poder global - com foco no projeto de maior influência no Brasil – especialmente quanto ao ambientalismo, seus objetivos, estratégias e métodos. Pretende-se abordar os impactos desse fenômeno no Brasil. Ele será estruturado em capítulos ordenados de forma a possibilitar a familiarização com os conceitos próprios do assunto, a forma de atuação dos agentes globalistas, o conhecimento básico da legislação brasileira sobre o meio-ambiente e seus efeitos no Desenvolvimento Nacional, uma concisa análise do ambiente e do poder, seguida de elaboração de cenários e concepções política e estratégica para, ao fim, apresentar propostas em nível estratégico para enfrentar esse fenômeno globalista.

O estudo será realizado, principalmente, por meio de uma pesquisa bibliográfica, pois baseará sua fundamentação teórico-metodológica na investigação sobre os assuntos relacionados ao globalismo e ambientalismo em livros, manuais, vídeos, *podcasts* e artigos de acesso livre ao público em geral, incluindo-se nesses aqueles disponibilizados pela rede mundial de computadores.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O Globalismo, para Felipe G. Martins (2018, 2019), é uma ideologia e um movimento extremamente difuso que acredita que os problemas atuais são melhor abordados dentro de uma perspectiva global. Neste sentido, as instancias decisórias nacionais seriam substituídas, em certa medida, por instancias decisórias supranacionais, com destaque evidente para as Organizações Internacionais, em especial a ONU. De sua entrevista para a revista InfoMoney e da palestra no seminário sobre globalismo retiramos os elementos de ligação com a NOM.

Dos ensinamentos de Alexandre Costa (2015, 2018), trazemos o seu entendimento de que o globalismo está materializado politicamente na NOM, sendo essa um conjunto de iniciativas que visam à criação de uma nova sociedade, planejada para permitir e sustentar um governo mundial totalitário e que a sua implantação segue um padrão mais ou menos homogêneo, com aumento do poder do Estado, regulação de todas as condutas humanas, aumento do tamanho e da importância das estruturas de poder e concentração dos mercados rentáveis, encontrando a resistência aos seus intentos, naturalmente, nos princípios da moral cristã e nas soberanias nacionais.

O prof. Olavo de Carvalho (2012, 2015) explica a composição de forças da NOM, constituída pela disputa de três projetos de poder global, conduzidos por forças históricas, personificadas, hoje em dia, pela elite governante da Rússia e da China, pela elite financeira ocidental e pela Fraternidade Islâmica. O prof. Carvalho ressalta, porém, que a ideia de governo mundial não é novidade, e que remota à ideia de Império no mundo Ocidental (i.e. Império Romano) e as sucessivas tentativas de criá-lo.

Monsenhor Juan Claudio Sanahuja (2012), por sua vez, traz luz para a necessidade da NOM buscar criar novos paradigmas, implantando novos princípios éticos universais, pautados em valores relativos e na vida sustentável, que deverão guiar as tomadas de decisões dos governos e dar forma às leis nacionais.

De Pascal Bernardin (2015) e Fabio Morgenstern (2017) temos a explicação sobre as manobras da ONU para divulgar os éticos universais, associando a preservação do meio-ambiente à pobreza, à distribuição de renda, à produção de recursos, ao consumo e à paz mundial. Dele também extraímos a explicação das teorias climáticas pensadas de forma a gerar problemas globais que transcendem as capacidades dos países, gerando a necessidade da direção mundial e da Teoria dos Sistemas, que

viabiliza a técnica de governança global que busca encobrir das massas, a atuação da elite mundial e seus propósitos de controle total.

Dom Bertrand de Orleans e Bragança (2019) apresenta os impactos do ambientalismo no Brasil, discorrendo sobre a legislação nacional e seus efeitos deletérios ao Desenvolvimento Nacional e aos direitos individuais e, Luiz Philippe de Orleans e Bragança (2018), ressalta aspectos estruturais negativos do Estado Brasileiro, além de criticar a opção brasileira por uma Constituição interventora.

A Constituição Federal, que traz no seu art.º 225 as normas ambientais constitucionais que norteiam o ordenamento jurídico infra e o Código Florestal, que impactam negativamente o Desenvolvimento Florestal, fundamentam algumas das análises apresentadas neste trabalho, bem como as ideias conservadoras de Roger Scruton (2012), que ao mesmo tempo em que critica o ambientalismo, afirma que não há problemas climáticos globais, mas tão somente problemas climáticos ou ambientais locais que devem ser enfrentados por todos, no dia-a-dia, não deixando esse trabalho para ONG e comitês internacionais.

Por fim, informações trazidas pelo Prof Daniel Perez (2020) e pelo Sr. Vice-Presidente da República (2020) nas suas palestras proferidas ao Curso Superior de Defesa sobre a realidade do agronegócio nacional e sobre a Amazônia, demonstram a capacidade do Estado Brasileiro de bem gerir seus ecossistemas e, ao mesmo tempo, buscar o bem comum de seu povo.

3. A NOVA ORDEM MUNDIAL

O ato bom é aquele que é bom nas suas intenções, nos meios escolhidos para a sua execução e nos resultados decorrentes.

São Tomás de Aquino.

Com o desenvolvimento das formas de organização política da sociedade, surgiu no século XVII, o Estado Nacional, forma atualmente adotada por quase todas as Nações no mundo e caracterizada pela soberania do Estado sobre o seu território nacional. Porém, após o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, no final dos anos 80 do século passado, a antiga idéia de um Governo Mundial ganha novo folego e surge uma nova organização dos poderes no mundo, conhecido como Nova Ordem Mundial – NOM.

Segundo Alexandre Costa (2018), a NOM é um conjunto de iniciativas que visam à criação de uma nova sociedade, planejada para permitir e sustentar um governo mundial totalitário. Um plano multifacetado que tem a intenção de criar uma nova civilização global, com o poder centralizado nas mãos de poucos e acima das instituições e dos políticos tradicionais.

Olavo de Carvalho (2012) apresenta uma visão mais estrutural da NOM, afirmando que aquela é constituída pela concorrência de três projetos de poder global, conduzidos por forças históricas, personificadas hoje em dia pelos seguintes agentes:

- a elite governante da Rússia e da China, especialmente apoiada pelos serviços secretos desses dois países;
- a elite financeira ocidental, tal como representada especialmente no Clube Bilderberg e no *Council on Foreign Relations*; e
- a Fraternidade Islâmica, com as lideranças religiosas de vários países islâmicos e também alguns governos de países muçulmanos.

Dos três projetos, o Russo-Chinês é o único que pode ser concebido em termos estritamente geopolíticos (CARVALHO, 2012).

A dinâmica entre os projetos de poder global é analisada por Costa (2015, p. 31):

Atualmente, como os objetivos de curto prazo coincidem, banqueiros financiam comunistas e islâmicos em busca da destruição da civilização ocidental. China e Rússia e outros blocos com influência marxista contribuem com os interesses dos globalistas quando utilizam os tentáculos de seus governos para espalhar leis e regulamentos sobre toda e qualquer conduta humana. Os islâmicos contribuem com os globalistas e marxistas ao enfraquecer a identidade da sociedade ocidental e rachar a estrutura milenar fundada sobre a moral cristã. Os globalistas, cuja filosofia pode ser chamada de social-democracia ou socialismo fabiano¹, financiam as forças concorrentes na esperança de um dia, após a desestabilização resultante da implantação das suas ideias, esperam ver emergir a Nova Ordem Mundial que vai perpetuar o poder da dinastia em um mundo sem outras famílias. No entanto, esta esperança também é alimentada por marxistas e pelos seguidores de Maomé.

Diversas são as estratégias adotadas por esses projetos de poder para avançar na implantação do Governo Mundial: controle do ensino; controle da mídia; integrações político-econômicas e abordagem de questões científicas que dão suporte a *retórica ecológica e ambiental*. É possível, ainda, identificar um padrão mais ou menos homogêneo de suas atuações: **aumento do poder do Estado, com a regulação de todas as condutas humanas; aumento do tamanho e da importância das estruturas de poder** que, se antes sugeriam uma conduta, agora passam a exigí-las e quando enfrentam resistência, ameaçam com retaliações políticas, econômicas e até militares; concentração dos mercados rentáveis nas mãos das grandes corporações multinacionais, para obter e manter a capacidade de influenciar decisões legislativas e administrativas com regulações feitas sob medida para beneficiar os grandes (COSTA, 2018, grifo nosso).

Por outro lado, alguns fatores dificultam a implantação desse Governo Mundial e são fortemente atacadas pelas forças que disputam a hegemonia mundial, como ocorre, por exemplo, com o cristianismo e as soberanias nacionais. Por esta razão, para implantar seus planos, além de buscar o poder sobre as instituições do Estado, os globalistas buscam destruí-las e o que simbolizam, invertendo valores, rebaixando

¹Os Socialistas Fabianos derivam dos Mencheviques russos e seguem, em sua essência, as mesmas táticas: em vez de abolirem a propriedade privada e a economia de mercado, como queriam os Bolcheviques, entendem ser muito melhor um arranjo em que a propriedade privada e o sistema de preços são mantidos, mas o estado mantém os capitalistas e uma truncada economia de mercado sob total controle, regulando, tributando, restringindo e submetendo todos os empreendedores às ordens do estado. Para saber mais veja em: MORGENSTERN, Flávio. **O que raios é socialismo fabiano?**. Disponível em: <https://sensoincomum.org/2017/07/08/o-que-raios-socialismo-fabiano>. Acesso em: 01 out. 2020.

a capacidade racional do povo, enfraquecendo a alta cultura, corrompendo a ordem jurídica e combatendo o cristianismo, resultando na destruição da sociedade ocidental (COSTA, 2015).

Para realizar esta grande subversão da ordem natural sem resistências, a NOM, além das ações anteriormente citadas, busca criar paradigmas, implantando novos princípios éticos universais com um pensamento único, modificando a cultura e a religião dos povos e colonizando as consciências para formar cidadãos dóceis à essa nova ordem (SANAHUJA, 2012).

Para implantar essa nova “civilização”, com valores diferentes dos enraizados nas mentes e corações dos povos, é necessário priorizar os Nominalistas em detrimentos dos Realistas. A observação da verdade deve ser deixada de lado para dar espaço as ideias que pretendem tornar o mundo um paraíso. (COSTA, 2018; ARAÚJO, 2020).

Por isso, o objetivo dos globalistas é **encontrar, amplificar ou inventar problemas globais que justifiquem sua existência e a expansão de seu poder até a dominação completa do planeta** em todos os domínios: financeiro, econômico, comercial, militar, jurídico e fiscal. À frente das instituições encarregadas de tal tarefa se encontrará uma liderança esclarecida (BERNARDIN, 2015, grifo nosso).

Foi por intermédio das grandes conferências internacionais dos anos 90, organizadas pelas Nações Unidas e inspiradas pelo Relatório Kissinger², que se implantaram inicialmente as estratégias e se elaboraram e difundiram os projetos de atuação do poder totalitário, buscando trazer essas respostas únicas e universais a todas as questões do mundo, diminuir as resistências e obter o domínio global pela imposição do pensamento único, baseados na **ética universal de valores relativos e na ética universal de vida sustentável**. (SANAHUJA, 2012, grifo nosso).

Relaciono abaixo as grandes conferências internacionais e os anos onde ocorreram:

- Cúpula da Terra (ECO 92) – Rio de Janeiro, 1992
- Conferência de Direitos Humanos – Viena, 1993
- Conferência de População e Desenvolvimento – Cairo, 1994
- Conferência sobre a Mulher – Beijing, 1995

²Cfr. Implicações do Crescimento Populacional Mundial para a Segurança e os Interesses Ultramarinos dos Estados Unidos. Memorando de Estudo de Segurança Nacional ou Relatório Kissinger. Disponível em: https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PCAAB500.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

- Conferência de Desenvolvimento Social - Copenhague, 1995
- Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos – Istambul, 1996
- Cúpula Mundial de Alimentação – Roma, 1996
- Cúpula do Milênio – Nova Iorque, 2000
- Conferência contra o Racismo, a Discriminação e a Xenofobia – Durban, 2001
- Cúpula sobre o Desenvolvimento Sustentável – Johannesburgo, 2002

Para a NOM, **a nova ética terá que iluminar as inter-relações complexas entre os fatores econômicos, o meio-ambiente e a população. Seus preceitos deverão guiar as tomadas de decisões dos governos e dar forma às leis nacionais**, conforme

afirma SANAHUJA (2012, p. 50, grifo nosso):

A ética universal de vida sustentável parte de um dogma inapelável: “É necessário lembrar a verdade indiscutível de que os recursos disponíveis e o espaço da Terra são limitados”, diz o documento da UNESCO intitulado *Diez Problemas Prospectivos de Población*, que deixa claramente estabelecido que “o progresso industrial dos países desenvolvidos não se estenderá aos Países do Terceiro Mundo”, e acrescenta que a única causa da degradação ambiental nesses países é o fator demográfico, e que é intolerável que “os pobres, que serão a maioria no futuro, prejudiquem os ecossistemas do mundo para conseguir se desenvolver a qualquer preço.

Como consequência, leis contraditórias e inconstitucionais foram e continuam sendo aprovadas em todo o mundo, sob coordenação da ONU e com o objetivo único de destruir os ordenamentos jurídicos que sustentam as soberanias nacionais para implantar essa nova ética (COSTA, 2015). Neste sentido, o Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente³ estabeleceu as diretrizes das alterações legislativas que se seguiram:

Todos os países devem dispor de sistemas completos de direito ambiental que salvaguardem os direitos humanos, os interesses das gerações futuras e a produtividade e diversidade da Terra. Os princípios de uma sociedade

³O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), principal autoridade global em meio ambiente, é a agência do Sistema das Nações Unidas (ONU) responsável por promover a conservação do meio ambiente e o uso eficiente de recursos no contexto do desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://www.unenvironment.org/pt-br/sobre-onu-meio-ambiente>. Acesso em: 20 ago. 2020.

sustentável devem ser incorporados na Constituição ou em outro instrumento jurídico fundamental para o governo e para a política nacional”.

Como citado acima, o meio-ambiente foi uma das estratégias adotadas para a implementação do Poder Global, pois o assunto sempre foi objeto de interesse do ser humano - primeiramente por razões religiosas, depois por razões político-filosóficas. A NOM vem atuando fortemente nesse campo, utilizando-se da Organização das Nações Unidas – ONU, de órgãos de imprensa e de Organizações Não Governamentais – ONG para implantar uma série de medidas para captar corações e mentes e preparar as condições para avançar sobre as soberanias nacionais, fraudando o princípio da autodeterminação dos povos. Para COSTA (2018) e MARTINS (2018), a ecologia é a principal pauta do globalismo pois o meio ambiente e as alegadas mudanças climáticas causadas pelos impactos da ação humana não respeitam fronteiras.

Através da mudança nos estilos de vida das pessoas, a NOM afirma que esta nova ética dará solução ao problema demográfico e do consumo de recursos naturais da terra considerando, por exemplo, que determinar o tamanho da família é assunto de interesse coletivo. Para adotar esta ética de vida sustentável, os indivíduos devem reconsiderar seus valores e modificar seus comportamentos. “A sociedade deve promover valores que sejam compatíveis com a ética da vida sustentável e desencorajar aqueles que sejam incompatíveis com ela”. (PNUMA, 1991).

Essa propalada preocupação voltada a preservação da natureza é uma fachada que esconde seu propósito de preservar grandes reservas naturais para manter os padrões de consumo da elite mundial. (SANAHUJA, 2012).

A seguir estão apresentados os principais aspectos relacionados as conferências internacionais sobre o meio-ambiente, realizadas a partir da década de 90:

Na conferência do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida em 1992, defendeu-se a idéia de que, protegendo-se o meio ambiente, conseqüentemente ter-se-ia o progresso da economia. Nela adotaram-se dois instrumentos: a Declaração sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Declaração do Rio) e a Agenda 21, adotada por 77 organizações internacionais e mais de 155 países, onde se estabeleceu que a Conferência deveria elaborar estratégias e medidas próprias para impedir e inverter os efeitos da degradação do meio ambiente com vistas à promoção de um desenvolvimento durável e ecologicamente racional (BERNARDIN, 2015).

Além desses instrumentos, a Conferência do Rio foi escolhida para ser o local de assinatura de duas convenções internacionais: a Convenção sobre Mudança do Clima, criada com os objetivos de estabilizar a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera num nível que evite uma interferência perigosa com o sistema climático, assegurar que a produção alimentar não seja ameaçada e, possibilitar que o desenvolvimento econômico aconteça de maneira sustentável; e a Convenção sobre Diversidade Biológica, um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente, que afirma como objetivos a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização de recursos genéticos.

Posteriormente, em 2002, houve em Johannesburgo, na África do Sul, a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável ou Cúpula da Terra 2002 (Rio + 10), que teve por finalidade discutir os desafios do mundo quanto a conservação de seus recursos e a melhoria da vida humana, bem como aferir o andamento da implantação das propostas estabelecidas em 1992 na Conferência do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Foram dois os documentos oficiais da Cúpula Mundial: Declaração de Johannesburgo, a qual consiste em análise da pobreza e da má distribuição de renda no mundo; e o Plano de Implementação, que estabelece prioridades globais e compromissos para ações concretas relativas à erradicação da pobreza; mudança nos padrões insustentáveis de produção e consumo; proteção e conservação dos recursos naturais; inseparabilidade da paz e do desenvolvimento sustentável; combate a fome crônica, às ocupações estrangeiras, aos conflitos armados, ao tráfico ilícito de entorpecentes, ao crime organizado, ao terrorismo e às doenças crônicas e contagiosas.

Já em 2012, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), os resultados principais estão consubstanciados no documento “O futuro que queremos”, o qual reafirmou boa parte do que havia sido trazido nas declarações anteriores e pouco acrescentou em relação aos passos seguintes a serem tomados na questão ambiental.

Em setembro de 2015, líderes mundiais reuniram-se na sede da ONU, em Nova York, e decidiram um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para

o Desenvolvimento Sustentável), a qual contém um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – com nosso destaque para o objetivo 15: “Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade”, afirmando que para pôr o mundo em um caminho sustentável é urgente necessário tomar medidas ousadas e transformadoras - sempre assim.

Como podemos ver acima, as questões ambientais foram e continuam, aos poucos, avançando e sendo associadas a pobreza, distribuição de renda, produção, consumo e a paz mundial. O monitoramento da execução dos acordos celebrados ocorre pelos quadros da ONU, a quem cabem fornecer as orientações de conjunto aos governos eleitos dos países membros, ou em outras palavras, os burocratas da ONU, que não foram eleitos por povo algum, influenciam e decidem os rumos dos países membros, colocando os interesses dos países membros em segundo plano, subordinados à sua agenda globalizada (BERNARDIN, 2015).

Essa governança global é o método escolhido e utilizado por esses burocratas para conduzir o governo mundial. Ela se vale da Teoria dos Sistemas para encobrir das massas a atuação da elite mundial e seus propósitos. O sistema político global planejado por eles é um sistema hierárquico, descentralizado e flexível no qual coincidirão diversos níveis: mundial, continental, nacional, regional e municipal. A divisão hierárquica do poder em níveis permite que as elites locais participem diretamente no processo totalitário, provendo a elas a ilusão da democracia e com isso evitando a revolta dos povos ou a insubmissão das elites (BERNARDIN, 2015; MORGENSTEM, 2017).

O funcionamento da Teoria dos Sistemas é descrito por BERNARDIN (2015, p.25):

Uma das principais ferramentas intelectuais utilizadas pelo globalismo é a da teoria dos sistemas. Podemos resumi-la, rápida, mas fielmente, dizendo que ela decompõe hierarquicamente um sistema complexo em subsistemas que reagem uns sobre os outros. Assim, [...] o subsistema A é o que se encontra mais acima e comanda todos os outros. Ele age diretamente sobre B e C [...]. Cada subsistema pode ele mesmo ser decomposto em outros sistemas. Por exemplo, A poderia ser decomposto em A₁, A₂, A₃, A₄ e A₅. A poderia assim representar o nível nacional, o subsistema B o nível regional e o subsistema C o nível municipal. A₁ – A₅ poderiam representar diversas instituições agindo em nível nacional (Estado): parlamento, governo, administração etc...

As ordens e orientações vindas do alto, emanadas das instituições encarregadas de tal tarefa, conduzidas por uma liderança esclarecida, deverão se propagar até em baixo sem encontrar qualquer resistência; caso contrário, as interações entre os níveis das organizações internacionais e os níveis inferiores se enfraqueceria ou desapareceria completamente.

Para o sucesso, controle e dissimulação desse processo de concentração de poder e descentralização de tarefas, é utilizada a figura do 'líder esclarecido', introduzida pela primeira vez no documento '*Our Global Neighborhood, The Report of the Commission on Global Governance*', da Universidade de Oxford (1995):

[...] chamamos a atenção para aquilo que constitui uma das principais preocupações da Comissão: a necessidade que o mundo tem de uma direção esclarecida, que possa inspirar as pessoas a reconhecer suas responsabilidades uns para com os outros e para com as gerações futuras. Deve ser uma direção que defenda os valores dos quais necessitamos para viver em conjunto e para preservar nosso ambiente em vista daqueles que nos seguirão.

Nesse contexto, os problemas devem envolver o conjunto do planeta, declarando a necessidade da cooperação de todos os povos, da interdependência das nações, sob a liderança de uma direção esclarecida – quase sempre a ONU e seus organismos internacionais. Tais problemas globais fornecem a cobertura perfeita para a intervenção globalista com a mitigação das soberanias – que quando se opõem são acusadas de egoísmo ou loucura - e as mudanças éticas abordadas anteriormente.

O 'buraco' na camada de ozônio, o efeito estufa, a biodiversidade nas florestas tropicais úmidas ameaçada, o esgotamento dos recursos naturais não renováveis, o terrorismo, a lavagem de dinheiro, o desarmamento, o tráfico de drogas, a superpopulação, a distribuição das águas, diversas questões ecológicas, o comércio internacional, a finança internacional, as questões econômicas internacionais etc... são apresentados como problemas globais e sistêmicos pela NOM na sua busca pela reforma global.

No próximo capítulo, abordaremos o papel do Brasil no contexto da NOM.

4. O BRASIL E A NOVA ORDEM MUNDIAL

Porém a terra em si é de muito bons ares. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.

Pero Vaz de Caminha.

Desde o começo da história do Brasil o mundo cobiça os seus recursos naturais. Com a notícia da chegada dos portugueses ao território brasileiro, começou o interesse do 'Antigo Continente' pelas terras do além-mar, sendo o Brasil alvo de ações de invasores e negociantes interessados em nossas riquezas naturais. "Ao longo dos séculos, esta terra forneceu os recursos mais valiosos [...] O ouro e o pau-brasil [...] mais tarde a cana de açúcar [...] e o café [...]. (COSTA, 2018).

Hoje, os interesses internacionais se voltam para nossas águas, ouro (reserva estimada de 250 toneladas, em Tapajós), cobre (reserva estimada de 10 milhões de toneladas, em Carajás), ferro (reserva estimada de 18 bilhões de toneladas, em Carajás), alumínio (reserva estimada de 4 bilhões de toneladas em Trombetas, Paragominas e Almeirim), urânio (reserva estimada de 187 mil toneladas no Amazonas), petróleo (na plataforma oceânica e no continente), madeira, nióbio, manganês (reserva estimada de 80 bilhões de toneladas em Carajás e Serra do Navio), grafeno e o nosso fértil solo. (BRAGANÇA, 2019).

Com uma extensão territorial de dimensões continentais e rica em recursos naturais, um povo pacífico e instituições em processo de amadurecimento, a NOM enxergou aqui uma ótima oportunidade para avançar em seu projeto do governo mundial, utilizando-se das questões ambientais para guiar as tomadas de decisões dos governos e dar forma às leis nacionais, aumentar o poder do Estado e das estruturas de poder e, impor um pensamento único baseado na ética universal de vida sustentável, buscando, assim, mitigar nossa Soberania e obstruir o Desenvolvimento Nacional⁴.

⁴Segundo o Manual da Escola Superior de Guerra (2020), Fundamentos do Poder Nacional, entende-se por Desenvolvimento Nacional o processo social global, a cargo do Governo, em que todas as estruturas passam por contínuas e profundas transformações, cuja tônica reside na valorização do homem e na busca da melhoria da qualidade de vida da sociedade e aproximação ao ideal do Bem Comum. Fundamenta-se no desenvolvimento do homem, da terra e das instituições.

Dom Bertrand de Orleans e Bragança (2019) afirma que, de maneira bem simplificada, os problemas de preservação do meio ambiente podem ser classificados em duas categorias, segundo o número de envolvidos e sua amplitude geográfica: problemas de preservação de nível local, tratando de questões como poluição do ar, resíduos industriais sólidos ou líquidos sem tratamento adequado, entre outras; e problemas que afetam um estado, um país e até o mundo todo, tais como o aquecimento global, a deterioração da biodiversidade nas florestas tropicais úmidas, o esgotamento de recursos naturais não renováveis, etc. É na segunda categoria que a NOM atua.

4.1. O esgotamento dos recursos naturais não renováveis

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) traz no seu art.º 225 que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A Assembleia Nacional Constituinte de 1988 cedeu às pressões generalizadas e não apenas manteve como ampliou o poder da burocracia, criou normas inexecutáveis e engessou o empreendedorismo. Conscientes ou não, os deputados constituintes prepararam o terreno para regulamentações futuras, influenciadas pela NOM, que em pouco tempo esmagaram os direitos individuais, em especial o direito de propriedade (COSTA, 2018, grifo nosso).

Da mesma forma, para BRAGANÇA (2019, p.11), a ecologia radical da NOM desencadeou uma psicose ambientalista que sufoca os direitos individuais:

Sob o pretexto de salvar a natureza, na verdade ela [psicose ambientalista] viola gravemente o direito de propriedade, cerceia a produção agropecuária e impõe limites ao legítimo progresso econômico de todas as camadas da população.

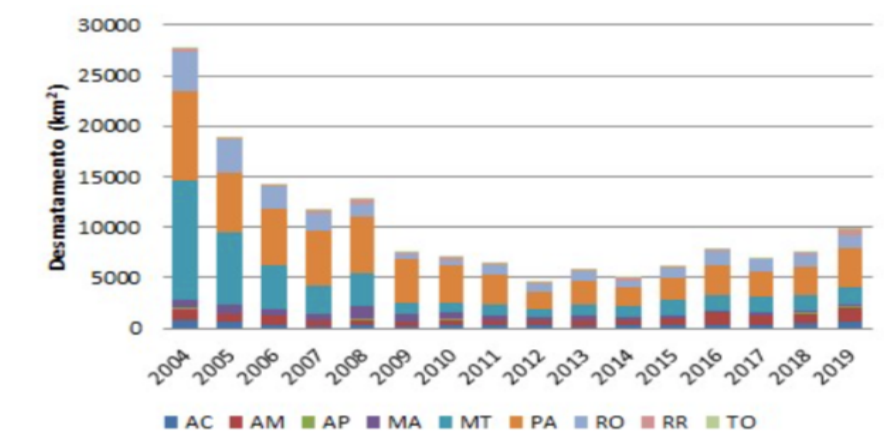
Como signatário da Convenção sobre a Biodiversidade, o Brasil estabeleceu áreas protegidas que constituem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)⁵, instituído pela lei n.º 9.985/00, que regulamenta o art.º 225 da CRFB/88. O

⁵O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - é o conjunto de unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais. É composto por 12 categorias de UC, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos: aquelas que precisam de maiores cuidados,

SNUC visa preservar amostras representativas de cinco grandes áreas de ecossistemas brasileiros: floresta amazônica, cerrado, caatinga, pantanal e mata atlântica – até aí, uma medida boa para o País.

O problema surgiu quando o movimento ambientalista engendrou meios para engessar o agronegócio e as obras necessárias ao Desenvolvimento Nacional. Utilizando-se do falso dilema da agropecuária versus meio ambiente⁶ (figuras 1 e 2), inseriu-se na legislação pátria inúmeras proibições, restrições e punições, baseados na ética universal de vida sustentável, buscando evitar um possível esgotamento dos recursos naturais não renováveis. (BRAGANÇA, 2019, grifo nosso).

Figura 1 – Gráfico demonstrando evolução das áreas desmatadas no Brasil ao longo dos anos



Fonte: Embrapa, 2020.

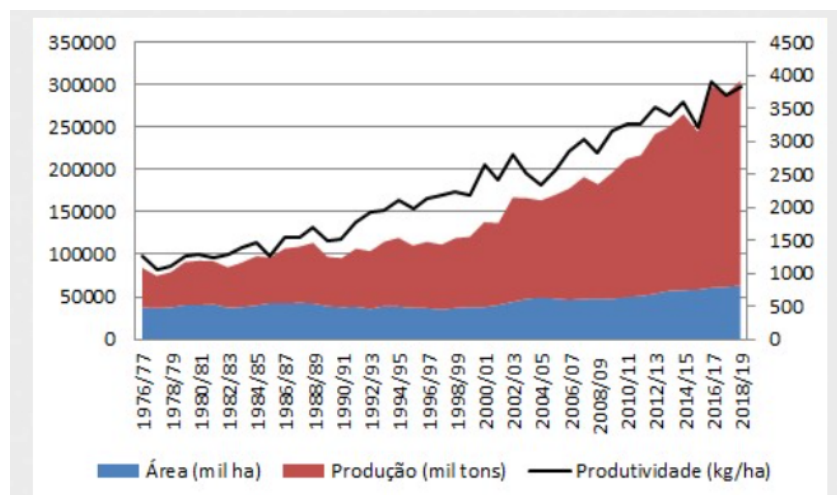
Esse foi o caso do Código Florestal de 1965 (4.471/65), que já era uma lei intervencionista, mas que na década de 1990, sob a influência de um Ministério do Meio Ambiente (MMA) pressionado por ONGs, através de medidas provisórias, decretos, portarias, resoluções e instruções normativas chegou a apresentar mais de 16.000 dispositivos, resultando num ambiente hostil para a produção rural e que teve seu “auge” em 1998, quando incorporou a Lei de Crimes Ambientais (9.605/98), que

pela sua fragilidade e particularidades, e aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo.

⁶PEREZ, Daniel Vidal. Em palestra proferida para o Curso Superior de Defesa, Rio de Janeiro, em 17 ago. 2020, informou verbalmente que o avanço tecnológico da agricultura brasileira economizou, até o ano de 2019, aproximadamente, 129 milhões de hectares de ecossistemas naturais como os da Amazônia e do cerrado.

transformou em delito penal diversas infrações administrativas, criminalizando condutas antes consideradas legais⁷ e, possibilitando a aplicação de multas altíssimas, além de prisão dos proprietários rurais. BRAGANÇA (2019).

Figura 2 – Gráfico demonstrando evolução da produtividade na agricultura.



Fonte: Embrapa, 2020.

No ano de 2012, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei do Novo Código Florestal (PL 1.876/99), mas por pressões de ONGs nacionais e internacionais⁸, a Presidente Dilma promulgou o Código Florestal (12.651/12) com 12 vetos ao texto aprovado no Congresso Nacional e 32 modificações promovidas por Medida Provisória (MP 571/12), depois convertida em lei (12.727/12), inserindo várias alterações que resultaram em fortes limitações ao direito de propriedade. (BRAGANÇA, 2019).

Segundo o novo Código, o Estado utilizará de três instrumentos legais para intervir e impor um determinado uso da terra, que assim são apresentados por BRAGANÇA (2019, p.137):

Áreas de Preservação Permanente (APP), que não podem ser cultivadas. São formadas por áreas de margens de rios e de lagos [...] por áreas localizadas em topos e encostas de morros, nascentes e restingas [...].

⁷Como exemplos de condutas criminalizadas temos: a criação do boi nas planícies pantaneiras; a produção de banana no Vale do Ribeira – que abastecia 20 milhões de consumidores; a produção de arroz em área de várzea – realidade de 75% dos produtores de arroz à época.

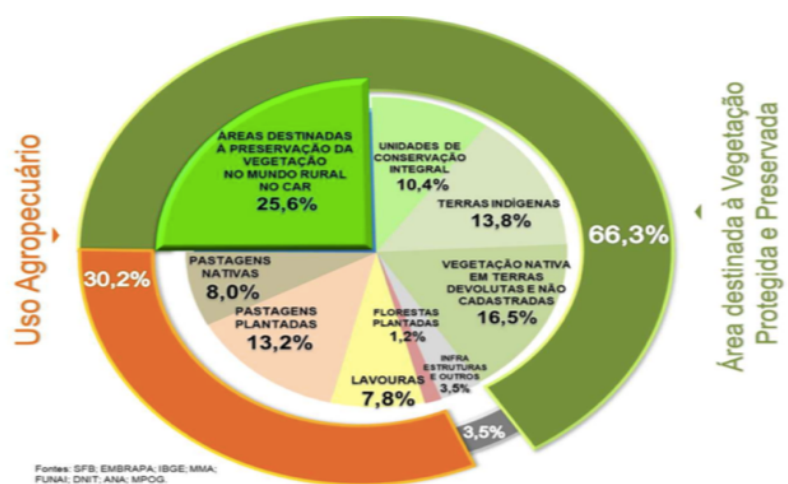
⁸ Segundo reportagem do site de notícias G1, as ONG que pressionaram a Presidência da República foram: ONG Instituto Socioambiental; ONG Imazon; WWF-Brasil; Greenpeace e ONG Amigos da Terra. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/05/para-ambientalistas-aprovacao-do-novo-codigo-florestal-e-retrocesso.html>.

Reserva Legal (RL), que exige deixar sem exploração parte da área da propriedade [...] variável de 20 a 80% da área total [...].
Recomposição obrigatória das áreas [...].

A aplicação da legislação ambiental onera a produção agropecuária brasileira e tenderia a frear o desenvolvimento no setor. Áreas de preservação foram transformadas em áreas de proteção, exigindo o abandono imediato ou a restrição de atividades produtivas nesses locais, além da recomposição da vegetação original pelos agricultores.

Dessa forma, como resultado das ações do ambientalismo global, por intermédio da atuação de ONGs, marketing internacional e pressões sobre políticos brasileiros, segundo dados do IBGE (figura 3), mais de 66% do território nacional encontra-se destinado à vegetação protegida e preservada, transformando o Brasil no país que mais restringe a exploração de suas matas e florestas no mundo (figura 4).

Figura 3 – Gráfico demonstrativo uso agropecuário versus áreas protegidas e preservadas



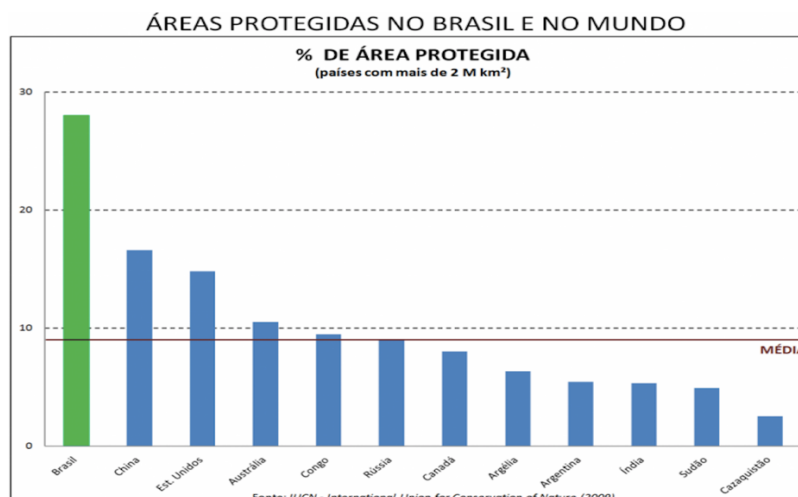
Fonte: IBGE 2020.

Mas apesar de todos os óbices causados pela psicose ambientalista da NOM, graças ao esforço de diversas universidades e institutos de pesquisa agropecuária como a Embrapa⁹, à descoberta de novas técnicas de transformação de solos ácidos e pobres em nutrientes em solos férteis, a “tropicalização” e adaptação de sistemas

⁹A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) foi criada em 26 de abril de 1973 e é vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

de produção vegetal e animal, além do desenvolvimento de práticas sustentáveis¹⁰ (PEREZ, 2020), foi possível transformar o Brasil no segundo maior exportador de grãos do mundo.

Figura 4 – Gráfico demonstrativo de áreas protegidas no Brasil e no mundo.



Fonte: Embrapa, 2020.

4.2. A biodiversidade ameaçada nas florestas tropicais úmidas

A Política Nacional de Defesa afirma, acertadamente, que a questão ambiental permanece como uma das preocupações da humanidade, que países como o Brasil, detentores de grande biodiversidade, enormes reservas de recursos naturais e imensas áreas para serem incorporadas ao sistema produtivo, podem tornar-se objeto de interesse internacional. Afirma, ainda, que a Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional e que a garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas, entre outros fatores, pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias.

Sobre as riquezas da Amazônia, sua importância e a cobiça internacional, afirma BRAGANÇA (2019, p.123):

Tão velha quanto o descobrimento de Pedro Álvares Cabral, é a cobiça estrangeira pela Amazônia, que detém a maior floresta tropical úmida do

¹⁰Informação verbal fornecida pelo Prof. Dr. Daniel Vidal Perez, pesquisador da Embrapa, em palestra proferida para o Curso Superior de Defesa, Rio de Janeiro, em 17 ago. 2020.

mundo, dispondo de 20% das reservas mundiais de água doce. Sua biodiversidade parece incomensurável. Lá se encontram o maior banco genético e a mais vasta província mineralógica planetária, na qual ocorrem, entre outras, abundantes jazidas de ouro, cassiterita e minérios estratégicos de terceira geração¹¹, como o urânio, o titânio e o nióbio. Esse imenso território brasileiro, arduamente conquistado pelos nossos antepassados, precisa ser efetiva e racionalmente povoado, guardado e defendido, sobretudo nos dias atuais, quando tal cupidez se tornou indisfarçável.

Recentemente, gerou grande repercussão internacional declarações de líderes de países europeus acerca da maneira como o Governo Brasileiro gerenciava a preservação da Floresta Amazônica e da sua biodiversidade, acusando-o de não adotar medidas eficazes para combater o ciclo anual de queimadas naquele ecossistema, ameaçando retaliar economicamente o Brasil e fazendo ressurgir o temor da sociedade brasileira de uma possível intenção de internacionalização da Amazônia, apesar da vegetação nativa da floresta amazônica ser, atualmente, 84% da sua vegetação total¹² (MOURÃO, 2020).

Porém, desde os anos 90 do século passado, declarações de Chefes de Estado estrangeiros preocupam os Governos brasileiros pelo seu teor. Em 1989, o ex-vice-presidente dos EUA, Al Gore, declarou que, ao contrário do que nós brasileiros pensamos, a Amazônia não seria nossa, mas de todo o mundo – provavelmente se referindo ao mito da Amazônia ser o “pulmão do mundo” (apud BRAGANÇA, 2019, p.125).

Naquele mesmo ano, o ex-presidente da França, François Mitterrand, declarou que o Brasil deveria aceitar uma soberania relativa na Amazônia. Três anos depois, foi a vez do ex-presidente da Rússia, Mikhail Gorbachev, declarar que o Brasil deveria delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes – seja lá o que for isso (apud BRAGANÇA, 2019, p.125).

A declaração mais amedrontadora, porém, foi feita pelo ex-primeiro-ministro do Reino Unido, John Major, em 1992 (apud BRAGANÇA, 2019, p.125):

As nações desenvolvidas devem estender o domínio da lei ao que é comum de todos no mundo. As campanhas ecologistas internacionais sobre a região amazônica estão deixando a fase propagandista para dar início a uma fase

¹¹Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração, o termo ‘minerais estratégicos’ é associado ao conceito de minerais escassos, essenciais ou críticos para o país, bem como, para aqueles que apresentam vantagens comparativas para a economia pela geração de divisas de forma continuada desde o passado recente, passando pelo presente e ainda sendo relevantes no futuro de médio e longo prazos.

¹²Informação verbal fornecida pelo Vice-Presidente do Brasil, Antônio Hamilton Martins Mourão, em palestra proferida para o Curso Superior de Defesa, Rio de Janeiro, em 21 ago. 2020.

operativa, que pode definitivamente ensejar intervenções militares diretas sobre a região.

Atualmente, cerca de 80% da Amazônia encontra-se sob algum tipo de proteção ambiental BRAGANÇA (2019). De acordo com as informações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), houve um aumento de 34% da área total desmatada na Amazônia (figura 5), tendo as maiores variações ocorridas nos estados do Pará, Mato Grosso, Amazonas e Rondônia (figura 6), que respondem por 84,13% de todo desmatamento observado.

Figura 5 – Gráfico demonstrativo da evolução do desmatamento na Amazônia.



Fonte: INPE, 2020.

Como resposta a essa realidade, o Governo Federal lançou a Operação Verde Brasil e ativou o Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL), órgão colegiado, responsável pela coordenação e acompanhamento da implementação das políticas públicas voltadas para aquela área.

O CNAL, que tem como missões coordenar e integrar as ações do governo federal, fortalecer a presença do Estado na Amazônia, proteger, preservar e desenvolver a Amazônia, ao ser ativado, adotou como Iniciativas Estratégicas Prioritárias a implantação de ambientes de inovação e de estímulo à bioeconomia, o monitoramento de ilícitos ambientais, a utilização do Fundo Amazônia¹³ e de novas fontes de financiamento, o fortalecimento dos órgãos de combate aos ilícitos ambientais e a efetividade no combate ao desmatamento e queimadas.

¹³O Fundo Amazônia é uma iniciativa pioneira de financiamento de ações de Redução de Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal. Foi proposto pelo Brasil em 2007, na 13a

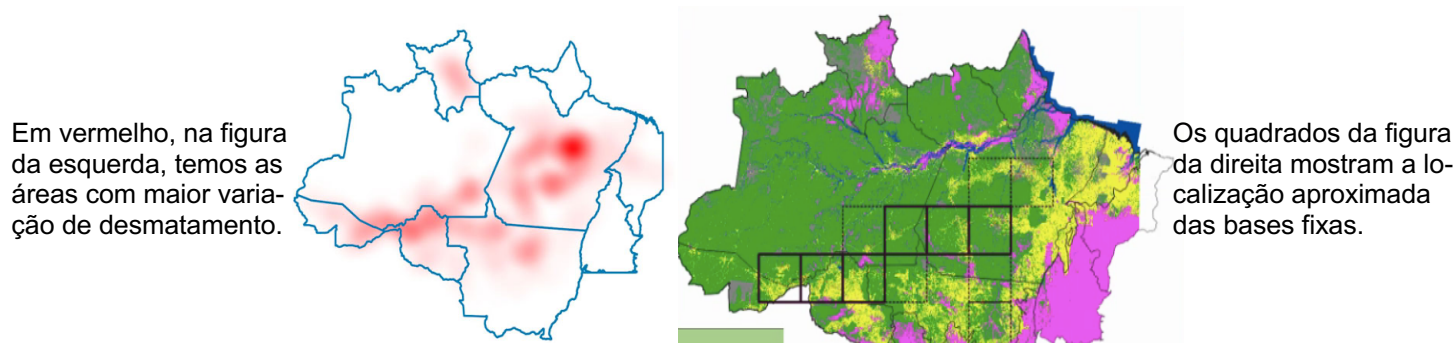
Figura 6 – Gráfico demonstrativo da evolução do desmatamento por Unidade da Federação.

Estado	PRODES 2018 (km ²)	PRODES 2019 (km ²)	Variação (%)
Acre	444	688	55,0
Amazonas	1.045	1.421	36,0
Amapá	24	8	-66,7
Maranhão	253	215	-15,0
Mato Grosso	1.490	1.685	13,1
Pará	2.744	3.862	40,7
Rondônia	1.316	1.245	-5,4
Roraima	195	617	216,4
Tocantins	25	21	-16,0
AMZ. Legal	7.536	9.762	29,5

Fonte: INPE, 2020.

A atuação do CNAL foi focada nas regiões que apresentaram maiores variações de desmatamento – já citadas anteriormente – com a criação de 12 bases fixas para apoio logístico e operacional nas ações de combate, que estão graficamente representadas abaixo (figura 7).

Figura 7 – Mapa demonstrativo das áreas com maior variação de desmatamento e das bases fixas.



Fonte: CNAL, 2020.

A Operação Verde Brasil autorizou, entre os dias 24 de agosto e 24 de outubro de 2019, o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem a fim de combater as queimadas e delitos ambientais na região da Amazônia¹⁴.

Conferência das Partes da UNFCCC, e teve sua criação autorizada ao BNDES, em 2008, por meio do Decreto Presidencial 6.527.

¹⁴Informação disponível em <https://www.gov.br/pt-br/noticias/meio-ambiente-e-clima/2019/10/operacao-verde-brasil-aplica-cerca-de-r-142-milhoes-em-multas-e-combate-1-835-focos-de-incendio>. Acesso em 22 ago. 2020.

Para tanto, foram desenvolvidas ações de apoio logístico, patrulhamento, de apreensões de material, patrulha naval, comando e controle, combate ao fogo, combate a extração ilegal de madeira e combate ao garimpo ilegal.

No total foram empregados 10.800 pessoas entre civis e militares, 19 aviões, 27 helicópteros, 600 viaturas, 159 embarcações, tendo combatido mais de 1.800 focos de incêndio, aplicado 352 termos de infração que somam 14 milhões de reais em multas; foram apreendidas 23,5 mil m³ madeira e destruídos 45 acampamentos clandestinos. 127 pessoas foram presas, 20 dragas, 178 embarcações, 112 veículos e uma aeronave foram apreendidas. As forças empregadas contaram com o apoio externo de 12 brigadistas de Israel, 6 peritos dos EUA, 4 aeronaves chilenas e vários equipamentos doados pelo Japão.

Outra ameaça a Soberania Nacional na Amazônia é a presença de milhares de ONGs naquela região. Segundo o cadastro central de empresas do IBGE, atuam hoje na Amazônia legal, a impressionante quantidade de 12.644 ONG. As principais ou mais influentes são: *Green Peace*, *Forest Trends*, *Conservação Internacional*, *AmazonCoop*, *Amazon Watch*, *Friendsoftheworld*, *Environmental Defense Fund*, *European Working Group on Amazonia*, *Fundação Avina*, *GIZ*, *IMAZON*, *TNC*, *WCS*, *WWF-Brasil* e *ZAGAIA*¹⁵.

Os financiadores e os interesses por trás dessas ONG não são plenamente conhecidos, mas é pouco provável que o resultado de sua atuação coopere para o Bem Comum e respeito a Soberania Nacional. Como disse J. P. Morgan: “um homem tem sempre dois motivos para fazer qualquer coisa: uma boa razão e a razão verdadeira”.

Nos próximos capítulos buscaremos, mediante Processo de Planejamento Estratégico da ESG, chegar a formulação de diretrizes estratégicas para opor a atuação do Ambientalismo no Brasil.

¹⁵Referências das principais ONG que atuam na Amazônia estão disponíveis em <http://amazoniasocioambiental.com.br/ongs-da-amazonia/> e <http://www.paramazonia.com.br/portal/meio-ambiente/ong/ong-na-amazonia.pdf>. Acesso em 22 ago. 2020.

5. ANÁLISE DO AMBIENTE

O preço da liberdade é a eterna vigilância.

Thomas Jefferson

5.1. Antecedentes

Consideraremos os dois capítulos anteriores como sendo a descrição dos antecedentes.

5.2. Tendências de Peso

“Tendência de Peso (TP) refere-se a eventos que o comportamento passado revela manter trajetória uniforme até o presente. Na ausência de alguma perturbação importante, o comportamento deverá manter-se no futuro”. (ESG, 2020). Para esse estudo, foram considerados os seguintes eventos como TP:

- Aumento da mobilização favorável à conservação e recuperação do meio ambiente e à sustentabilidade e que vem provocando mudanças no comportamento da população, na gestão do campo, nas indústrias e nos serviços, entre outros;
- Aumento da produtividade agrícola;
- Pressão internacional pela conservação da Região Amazônica; (megatendência)
- Permanência e atuação das ONGs na Região Amazônica;
- Desmatamento na Amazônia;
- Antagonismo dos grandes meios de comunicação;
- Aumento da participação do Brasil no cenário internacional como exportador de *commodities*; e
- O crescimento da demanda mundial por alimentos; (megatendência)

5.3. Atores Sociais (Stakeholders)

“Atores Sociais são indivíduos, grupos, organizações, partidos políticos, ONGs, países, religiões, intelectuais, organismos internacionais, [...] que influenciam o sistema ou contexto considerado e são por eles influenciados”. (ESG, 2020). Para esse estudo, foram considerados os seguintes Atores Sociais:

- ONGs e seus financiadores
- CNAL
- Forças Armadas (FA)
- Governos estaduais
- Grandes meios de comunicação
- Partidos Políticos de oposição
- Governos de outros países
- Poder Legislativo
- Ministério da Defesa (MD)
- Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- Ministério da Agricultura (MA)
- Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA)
- Conselho Nacional de Recursos Hídricos
- Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM)

5.4. Análise do Ambiente Externo

“Na análise do Ambiente Externo, busca-se identificar as oportunidades e as ameaças que, respectivamente, possam interferir de maneira positiva ou negativa no desempenho do sistema e impactar as Tendências de Peso”. (ESG, 2020).

5.4.1. Ameaças

“As ameaças são forcas externas ao sistema, existentes ou em potencial, que se mostram inconvenientes, inoportunas, não úteis e maléficas, considerada no espaço e no tempo”. (ESG, 2020). Foram consideradas as seguintes Ameaças:

- Imposição de embargos internacionais
- Aplicação de sanções internacionais
- Invasão militar
- Suspensão de ajuda financeira internacional ao Fundo Amazônia
- Condução de campanha internacional contra o Governo Federal
- Internacionalização da Região Amazônica

5.4.2. Oportunidades

“As oportunidades correspondem à ocorrência de eventos externos ao sistema, atuais ou potenciais, cujos resultados podem ser objeto de aproveitamento, uma vez que favorecem o alcance dos objetivos e do Bem Comum”. (ESG, 2020). Foram consideradas as seguintes Oportunidades:

- Apoio dos Estados Unidos da América
- Movimento conservador na Europa¹⁶
- Estudos científicos que contestam as teses ambientalistas
- Boas relações diplomáticas com Israel

5.5. Análise do Ambiente Interno

“É caracterizado pelo levantamento dos pontos fortes e pontos fracos, para que sejam cotejados com as oportunidades e as ameaças identificadas na análise do Ambiente Externo”. (ESG, 2020).

¹⁶Nova direita na Europa cresce embalada por jovens. Disponível em <https://oglobo.globo.com/mundo/nova-direita-na-europa-cresce-embalada-por-jovens-22764483>. Acesso em 22 ago. 2020.

5.5.1. Pontos Fortes

“São as variáveis internas ao sistema e controláveis, que proporcionam vantagens, em relação ao ambiente externo, permitindo robustecer o sistema, aumentá-lo a resistência, superar ameaças e aproveitar oportunidades”. (ESG, 2020). Foram consideradas os seguintes Pontos Fortes:

- Aprestamento das Forças Armadas
- Tecnologia do Agronegócio
- Produtividade brasileira de alimentos
- Governo Conservador
- Grande popularidade do Governo

5.5.2. Pontos Fracos

“São as variáveis internas ao sistema e controláveis, que resultam em desvantagens, em relação ao ambiente externo, ocasionando a fragilização do sistema, dificultando ou impossibilitando a resistência às ameaças e o aproveitamento das oportunidades”. (ESG, 2020). Foram consideradas os seguintes Pontos Fracos:

- Relacionamento entre os Poderes da República
- Relacionamento com os grandes meios de comunicação
- Pequena estrutura do CNA e do MMA
- Recursos disponíveis para monitoramento da Amazônia

5.6. Análise entrecruzada e vetores estratégicos

Da análise cruzada entre Oportunidades/Ameaças vs Pontos Fortes/Fracos, temos os seguintes resultados e respectivos vetores estratégicos:

- Nossas Forças Armadas são aprestadas e familiarizadas com a Amazônia. Em paralelo, o País, em decorrência de uma mudança de postura diplomática com a comunidade internacional, desfruta no momento de ótimas relações com os EUA e Israel. **Atuar para ampliar e estreitar ainda mais as**

relações com esses países, especialmente para acordos militares. Neste caso, o vetor estratégico é o do **crescimento**.

- O agronegócio brasileiro é expoente mundial em produtividade, produzindo cada vez mais e utilizando cada vez menos terras para isso. Em adição, o Brasil, segundo informações da Embrapa, alimenta mais de 1,5 bilhão de pessoas no mundo¹⁷. Por outro lado, há uma grande pressão internacional contra o agronegócio brasileiro, sob o argumento desse estar contribuindo para o desmatamento da Amazônia e outros desequilíbrios ambientais e climáticos, bem como, há também, pressão internacional para que o Brasil não explore as riquezas naturais da Amazônia. **Criar e divulgar campanhas para esclarecer os equívocos e falsas informações que são disseminadas e servem de base para a comunidade internacional pressionar o País. Utilizar o fato de o País alimentar quase 1/3 da população mundial, para reduzir ou até anular a pressão internacional.** Neste caso, o vetor estratégico é o da **dissuasão**.
- Nossas Forças Armadas são aprestadas e familiarizadas com a Amazônia. Alguns Chefes de Estado, no passado, discursaram em favor da internacionalização da Amazônia e até de uma possível intervenção militar. **Reforçar o efetivo de militares e estruturas de Defesa na Amazônia.** Neste caso, o vetor estratégico é o da **dissuasão**.
- Os recursos materiais e humanos da Administração Pública (CNA e MMA) que atuam na Amazônia são insuficientes. Os EUA, Israel e países europeus possuem tecnologias e sistemas de monitoramento no “estado da arte”. **Buscar parcerias e apoio desses países para fornecimento de tecnologia que possa aumentar o monitoramento e controle da região Amazônica, bem como o fornecimento de material e treinamento de pessoal.** Neste caso, o vetor estratégico é o do **reforço**.

¹⁷Entrevista concedida por Celso Luiz Morreti, Presidente da Embrapa, ao site Agro em dia, disponível em <https://agroemdia.com.br/2019/10/15/agropecuaria-brasileira-alimenta-mais-de-15-bilhao-de-pessoas/>. Acesso em 22 ago. 2020.

- Existe um conflito entre o Poder Executivo e os demais Poderes e a Grandes Meios de Comunicação, bem como há uma campanha internacional contra o Governo Federal. **Atuar para reduzir as tensões entre os Poderes e com os Grandes Meios de Comunicação.** Neste caso, o vetor estratégico é o da **defesa**.

6. ANÁLISE DO PODER

6.1. Planos em vigor

- Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS)
- Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA)
- Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA)
- Código Florestal
- Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH)
- Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)
- Política Nacional de Defesa (PND)

O Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), lançado em 23 de novembro de 2011, é o documento "vertebrador" das ações de governo, do setor produtivo e da sociedade que direcionam o Brasil para padrões mais sustentáveis de produção e consumo.

O Plano articula as principais políticas ambientais e de desenvolvimento do País, em especial as Políticas Nacionais de Mudança do Clima e de Resíduos Sólidos e o plano Brasil Maior, auxiliando no alcance de suas metas por meio de práticas produtivas sustentáveis e da adesão do consumidor a este movimento.

Em seu primeiro ciclo, de 2011 a 2014, o PPCS teve seus esforços focados em seis áreas principais:

- Educação para o Consumo Sustentável
- Varejo e Consumo Sustentável
- Aumento da reciclagem
- Compras Públicas Sustentáveis
- Construções Sustentáveis
- Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

A escolha destas áreas é estratégica para o alcance das metas, pois, articuladas, promovem um rápido avanço em direção a práticas mais sustentáveis de produção e consumo.

O Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA), instituído em 18 de novembro de 2015, é orientado pelos princípios do Estatuto da Juventude, que garante aos Jovens o direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente. Tem como principais objetivos:

- Ampliar a participação dos jovens na redução de emissões de gases de efeito estufa, na adaptação à mudança do clima e nas negociações internacionais sobre o tema é um dos objetivos do plano.
- Ampliar a participação de jovens na gestão de resíduos sólidos.
- Ampliar a participação de jovens na gestão dos recursos hídricos.
- Ampliar o acesso às informações e às condições necessárias para que o jovem possa atuar como agente de transformação em relação aos desafios apresentados pela redução da biodiversidade é um dos objetivos do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente.
- Apoiar a regularização ambiental brasileira, com participação efetiva da juventude rural.
- Ampliar a conservação ambiental com inclusão social, por meio do acesso à infraestrutura e fomento à produção sustentável aos jovens de povos e comunidades tradicionais.
- Valorizar e preservar saberes e conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais entre os jovens, para que participem dos processos decisórios sobre o aproveitamento das oportunidades relacionadas ao uso dos conhecimentos tradicionais e do patrimônio genético de seus territórios.
- Ampliar o número de jovens identificados com o território, com conhecimento de seu valor ecossistêmico e engajados no desenvolvimento regional.
- Aprimorar o conhecimento dos jovens sobre o uso adequado de produtos químicos e substâncias perigosas.

A Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) – implantada pela lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, direciona a ação governamental para aplicação de instrumentos preventivos e corretivos aos impactos ambientais de um modo geral, fundamentais para a manutenção do equilíbrio ecológico e proteção dos ecossistemas, pelo controle das atividades potencial ou efetivamente poluidoras e recuperação de áreas

degradadas. A PNMA institui, ainda, o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SIS-NAMA – para a consecução da política ambiental.

Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) – implantada pela lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, a PNRH institui o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos que executa, de forma centralizada, as diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos. Determina a utilização racional e múltipla dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável.

Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) – instituída pela lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, define as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluindo os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

Política Nacional de Defesa (PND) - Voltada, prioritariamente, contra ameaças externas, a PND é o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de defesa. Estabelece objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional.

6.2. Necessidades

“Necessidades são carências que devem ser atendidas para a concretização dos objetivos. Seu levantamento consiste em determinar, com base na Análise dos Ambientes Externo e Interno, o que é preciso ser feito para buscar satisfazê-las, tendo como especial atenção a neutralização ou mitigação dos Pontos Fracos”. (ESG, 2020). Foram identificadas as seguintes Necessidades:

- Reforçar o efetivo de militares e estruturas de Defesa na Amazônia.
- Aumentar o monitoramento e controle da região Amazônica.
- Criar e divulgar campanhas para esclarecer e desmentir falsas informações que são disseminadas e servem de base para a comunidade internacional pressionar o País (contrapropaganda¹⁸).

¹⁸Segundo o Glossário das Forças Armadas, contrapropaganda é o conjunto de atividades dirigidas para o público-alvo, pertencente a grupos de amigos ou neutros, com o objetivo de contraditar, neutralizar ou minorar os efeitos da propaganda contrária, podendo a ela se antecipar ou mesmo dela se

- Criar e divulgar campanhas de propaganda da agro produção brasileira ecologicamente sustentável.
- Reduzir as tensões entre os Poderes da república e com os Grandes Meios de Comunicação.

6.3. Meios disponíveis e potenciais

“Conhecida a situação do Poder Nacional, este é confrontado com cada Necessidade, a fim de estimar a possibilidade de ser satisfeita a partir dos Meios Disponíveis e dos passíveis de serem obtidos”. (ESG, 2020). Foram identificados os seguintes Meios disponíveis e potenciais:

- MD
- Ministério das Relações Exteriores.
- PND e a Estratégia Nacional de Defesa
- A designação como Aliado Importante Extra OTAN
- Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM)
- SISFRON¹⁹
- MA
- Casa Civil
- CNAL

beneficiar. Disponível em <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md35-G-01-glossario-das-forcas-armadas-5-ed-2015-com-alteracoes.pdf>. Acesso em 23 ago. 2020.

¹⁹O SISFRON é um sistema integrado de sensoriamento, de apoio à decisão e de emprego operacional cujo propósito é fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de fronteira. Disponível em <https://www.defesanet.com.br/fronteiras/noticia/19105/Brasil-testa-monitoramento-das-fronteiras-durante-operacao-militar/>. Acesso em 24 ago. 2020.

7. ELABORAÇÃO DE CENÁRIOS

“Os estudos prospectivos, que consubstanciam o processo de construção de cenários, não propõem a quantificação, tampouco a avaliação precisa do futuro, mas proporcionam uma visão de diferentes imagens plausíveis do futuro”. (ESG, 2020).

7.1. Fatos Portadores de Futuro (FPF)

“Os FPF são ocorrências pontuais que podem produzir consequências no futuro e originar um ou mais Eventos Futuros”. (ESG, 2020). Para esse trabalho, consideraremos os seguintes FPF:

- Recriação do CNAL
- Eleição do Bolsonaro
- Aprovação da nova PND
- Brasil designado como Aliado Importante Extra OTAN
- Pandemia do COVID-19
- Campanha internacional “*Defund Bolsonaro*”
- A Agenda 21
- A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

7.2. Eventos Futuros Preliminares (EFP)

“EFP são atos e fatos plausíveis, que poderão ou não ocorrer, como resultado de suposições coerentes e plausíveis, formuladas a partir de um ou mais FPF”. (ESG, 2020).

FPF	EFP
Recriação do CNAL	Emprego das FA na preservação da Amazônia
	Diminuição do desmatamento na Amazônia
	Aumento do desenvolvimento na região
	Redução de ilícitos na Amazônia
Aprovação da nova PND	Aumento do efetivo de tropas e estruturas de defesa na Amazônia.

	Aumento do desenvolvimento na Região Amazônica
	Diminuição da presença e da atuação de ONGs na Amazônia
	Redução de ilícitos na Amazônia
Brasil é designado como Aliado Importante Extra OTAN	Aumento do efetivo de tropas e estruturas de defesa na Amazônia
	Aumento da capacidade de monitoramento da Amazônia
	Aumento da capacidade de Comando e Controle na Região Amazônica
Eleição do Presidente Bolsonaro	Aumento do desenvolvimento na Região Amazônica
	Retrocesso da Agenda Ambientalista no Brasil
Nova estrutura da SECOM	População esclarecida acerca das questões relacionadas com a Amazônia
Implementação do SISFRON	Aumento da capacidade de monitoramento da Amazônia
	Redução do desmatamento na Amazônia
Campanha internacional “Defund Bolsonaro”	Embargos comerciais aos produtos brasileiros
	Diminuição do aporte financeiro que os países europeus passam para o Fundo Amazônia
	Intervenção internacional na Amazônia
	Avanço da Agenda Ambientalista no Brasil
Agenda 21	Redução do desmatamento na Amazônia
	Aumento na presença e atuação de ONGs na Amazônia
	Avanço da Agenda Ambientalista no Brasil
	Diminuição do desenvolvimento na região
Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	Redução do desmatamento na Amazônia
	Aumento na presença e atuação de ONGs na Amazônia
	Avanço da Agenda Ambientalista no Brasil
	Diminuição do desenvolvimento na região

7.3. Análise Estrutural

Após reavaliação das TP em confronto com as FPF, concluímos que as TPs “Permanência e atuação das ONGs na Região Amazônica” e “Desmatamento na Amazônia” sofrerão alterações em suas trajetórias e passarão a ser **redução de permanência e atuação de ONGs na Região Amazônica e redução do desmatamento na Amazônia**.

Após o emprego do Método de Impactos Cruzados (EFP x EFP) teremos:

Como Eventos Influentes²⁰:

- Aumento do desenvolvimento na Região Amazônica
- Aumento da capacidade de monitoramento da Amazônia
- Aumento da capacidade de Comando e Controle na Região Amazônica
- Retrocesso da Agenda Ambientalista no Brasil
- Embargos comerciais aos produtos brasileiros
- Avanço da Agenda Ambientalista no Brasil
- Aumento na presença e atuação de ONGs na Amazônia

Como Eventos de Ligação²¹:

- Emprego das FA na preservação da Amazônia
- Aumento do efetivo de tropas e estruturas de defesa na Amazônia
- Intervenção internacional na Amazônia

Como Eventos Independentes (autônomos)²²:

²⁰Eventos Influentes são aqueles eventos que contêm os EFP que condicionam o restante do sistema, uma vez que têm elevada capacidade de influenciar os outros EFP e baixa dependência em relação aos demais EFP. (ESG,2020).

²¹Eventos de Ligação são aqueles eventos que são instáveis, pois têm elevada capacidade de influenciar e apresentam alta dependência dos demais EFP. Os investimentos feitos em cada um destes EFP produzem efeitos sobre ele e reflexos sobre os demais, qualquer que seja o quadrante em que se situem. (ESG,2020).

²²Eventos Independentes são aqueles eventos que são relativamente desconexos dos demais EFP, por exercerem pequena influência e serem pouco dependentes, o que revela a pouca ligação com demais EFP. Em razão de sua autonomia e pelo fato de não serem os determinantes do futuro do Tema de Estudo, podem até ser desconsiderados. (ESG, 2020).

- Redução do desmatamento na Amazônia²³
- Redução de ilícitos na Amazônia
- Diminuição da presença e da atuação de ONGs na Amazônia
- População esclarecida acerca das questões relacionadas com a Amazônia
- Diminuição do aporte financeiro que os países europeus passam para o Fundo Amazônia
- Diminuição do desenvolvimento na região

7.4. Análise da Estratégia dos Atores

O exame das possíveis posições dos Atores é realizado com o uso de duas matrizes: Matriz de Estratégia dos Atores (MEA), quando se avaliam as interações entre os Atores e identificam-se aqueles que podem exercer maior influência sobre os demais e, Matriz de Interesse dos Atores (MIA), quando se observa a influência que os Atores exercem sobre os EFP e vice-versa.

Pelo exame da MEA temos:

Ator de perfil autocrático, impositivo, pouco afeito a negociações
altamente capaz de exercer influência e é pouco influenciado pelos demais
Grandes meios de comunicação
SECOM

Ator de perfil sociável, transigente e político
altamente capaz de exercer influência e é altamente suscetível a sofrer influência
CNAL
Governos estaduais
MMA
MA

²³Normalmente a redução do desmatamento na Amazônia seria um Evento Influente, porém, como os Agentes Sociais estão “contaminados” pelas influências da NOM, ele se torna mero Evento Independente.

CONAMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA)
Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Ator de perfil autônomo ou de isolamento ²⁴
baixa capacidade de exercer influência sobre os demais e, ao mesmo tempo, é pouco influenciado por eles
ONGs e seus financiadores
Forças Armadas
Partidos Políticos de oposição
Governos de outros países

Ator de perfil seguidor
tem pouca capacidade de influenciar e é altamente influenciável
Poder Legislativo

Pelo exame da MIA temos:

- Os eventos “agenda ambientalista” e “Intervenção internacional na Amazônia” são os que despertam maior interesse.
- O aumento da capacidade de Comando e Controle na Região Amazônica não desperta o interesse dos atores.
- ONGs e seus financiadores, Partidos Políticos de oposição, Grandes meios de comunicação e Governos de outros países são favoráveis ao avanço da Agenda Ambientalista no Brasil e ao aumento da presença e atuação de ONGs na Amazônia.
- ONGs e seus financiadores, Partidos Políticos de oposição e Governos de outros países convergem em interesses.

²⁴Ator de perfil autônomo ou de isolamento, o que requer um esforço de aproximação e convencimento, cujos resultados, em termos de custo/benefício, poderão não ser significativos quanto aos propósitos do Decisor Estratégico. Nada obstante tais considerações, esse Ator merece atenção, em função do possível resultado de suas decisões independentes e respectivas implicações. (ESG, 2020).

- Todos os Agentes do Poder executivo são contrários ao avanço da Agenda Ambientalista no Brasil e ao aumento da presença e atuação de ONGs na Amazônia.
- O Poder Legislativo é neutro em relação a muito dos assuntos, podendo ser buscado o seu apoio.

7.5. Construção de Cenários Extremos

O Cenário Mais Provável é composto pelos Cenários Mais Favorável e Mais Desfavorável. (ESG, 2020).

Após lançamento no Gráfico de favorabilidade e probabilidade, restaram os seguintes Eventos Futuros Finais (EFF):

Cenário Mais Favorável

- Emprego das FA na preservação da Amazônia.
- Redução do desmatamento na Amazônia.
- Aumento do desenvolvimento na Região Amazônica.
- Aumento da capacidade de monitoramento da Amazônia.

Cenário Mais Desfavorável

- Avanço da Agenda Ambientalista no Brasil.
- Aumento na presença e atuação de ONGs na Amazônia.

O Cenário Mais Provável é composto pela junção dos cenários mais favorável e mais desfavorável.

8. CONCEPÇÃO POLÍTICA

8.1. Pressupostos Básicos

“São duas as categorias de Pressupostos Básicos: (a) os de natureza ética; e (b) os de natureza pragmática”. (ESG, 2020).

Éticos	Pragmáticos
Compromisso com a preservação do bioma amazônico	Parceria público-privada em projetos de recuperação ambiental
Desenvolvimento com sustentabilidade	Trabalho conjunto interministerial de combate a ilícitos ambientais
Manutenção da soberania brasileira na Amazônia	Redução do desmatamento na Amazônia
Respeito aos contratos, a propriedade pública e privada	Manutenção da alta produtividade agrícola

8.2. Cenário Desejado

“Segundo estágio da etapa Concepção Política, o Cenário Desejado é obtido a partir do Cenário Mais Provável, após submeter os EFF que compõem esse cenário aos Pressupostos Básicos”. (ESG, 2020).

EFF	Éticos	Pragmáticos
Emprego das FA na preservação da Amazônia	Compromisso com a preservação do bioma amazônico	Parceria público-privada em projetos de recuperação ambiental
Redução do desmatamento na Amazônia	Desenvolvimento com sustentabilidade	Trabalho conjunto interministerial de combate a ilícitos ambientais
Aumento do desenvolvimento na Região Amazônica	Manutenção da soberania brasileira na Amazônia	Redução do desmatamento ilegal na Amazônia
Aumento da capacidade de monitoramento da Amazônia	Respeito aos contratos, a propriedade pública e privada	Manutenção da alta produtividade agrícola

Avanço da Agenda Ambientalista no Brasil	Atuar consoante os princípios e fundamentos constitucionais e as normas do Direito Internacional	
Aumento na presença e atuação de ONGs na Amazônia		

Após os ajustes, o Cenário Desejado passa a ser denominado Cenário Normativo e as ações subsequentes são orientadas a partir dos eventos nele registrados.

8.3. Cenário Normativo

Ano de 2026, com o aumento da sua capacidade de monitoramento da Amazônia e com o emprego das FA na preservação daquele bioma, o Governo Federal conseguiu reduzir o desmatamento ilegal na Amazônia e frear o avanço da Agenda Ambientalista, diminuindo a presença e atuação de ONGs e levando desenvolvimento para a região.

Objetivos de Estado (OE)	Objetivos de Governo (OG)	Fatores Críticos de Sucesso (FCS)
Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial.	Implementar o SISFRON	Convergência de esforços e recursos financeiros, buscando aprimorar a eficiência dos projetos e incrementar a presença do Estado nas áreas de atuação.
	Modernização dos equipamentos das FA e qualificação do seu capital humano.	Recursos orçamentários destinados à defesa garantindo a estabilidade orçamentária de investimentos voltados à aquisição de Produtos de Defesa e preparo das FA.
	Estimular o fundamental envolvimento de todos os seg-	Aumento da percepção de toda a sociedade brasileira

	mentos da sociedade brasileira nos assuntos de defesa, para o desenvolvimento de uma cultura participativa e colaborativa de todos os cidadãos.	sobre a importância dos assuntos relacionados à defesa do País.
Preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental necessária à vida.	Implementar a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e o Código Florestal.	Interpretação da legislação ambiental com respeito aos setores produtivos.
Compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.		Implementar Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS).

9. CONCEPÇÃO POLÍTICA

9.1. Levantamento dos Óbices

Uma vez definidos os OE e OG (estágio final da Fase Política), é feito o levantamento dos Óbices que podem se interpor (Fatores Adversos) ou se contrapor (Antagonismos) aos objetivos estabelecidos. (ESG, 2020).

Fatores Adversos	Antagonismos
Queimadas	Pressão internacional
Restrições orçamentárias	Propaganda negativa em Grandes meios de comunicação
Desastres Ambientais	Atuação de movimentos sociais
Ambientalismo	

9.2. Definição das Linhas de Ação Estratégicas (LAE)

São apresentadas as seguintes LAE:

LAE 1	Implementar o SISFRON, buscando a convergência de esforços entre MD, MRE, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e recursos financeiros junto Ministério da Economia, para monitorar a região Amazônica.
LAE 2	Buscar junto a OTAN ou EUA o fornecimento de imagens para monitorar a região Amazônica.
LAE 3	Manter a cobertura atual da região Amazônica.
LAE 4	Modernização dos equipamentos das FA e qualificação do seu capital humano adquiridos por parceria com a OTAN ou os EUA.
LAE 5	Modernização dos equipamentos das FA e qualificação do seu capital humano adquiridos de países que não fazem parte da OTAN.
LAE 6	Modernização dos equipamentos das FA e qualificação do seu capital humano adquiridos da Base Industrial de Defesa.
LAE 7	Não atuar para modernização dos equipamentos ou qualificação do capital humano das FA.
LAE 8	SECOM elaborar campanhas publicitárias que valorizem o nosso agronegócio e o respeito que o Brasil tem com o desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente. Estimular o fundamental envolvimento de todos os segmentos da sociedade brasileira nos assuntos de defesa, para o desenvolvimento de uma cultura

	participativa e colaborativa de todos os cidadãos. Esclarecer a sociedade sobre o movimento Ambientalista e seus efeitos negativos para o Desenvolvimento nacional e a Soberania Nacional.
LAE 9	Implementar a Política Nacional de Meio Ambiente e o Código Florestal com uma interpretação da legislação ambiental que respeite os setores produtivos, não cedendo a patrulhas ideológicas ou pressões internacionais que prejudiquem o agronegócio brasileiro ou outros interesses nacionais.
LAE 10	Implementar o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis com soluções de dinamismo econômico para a floresta, como a biodiversidade e a bioeconomia, de maneira que haja, de fato, desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

9.3. Teste de Adequabilidade

O Teste de Adequabilidade ou eficácia visa verificar se cada LAE cumpre o propósito para o qual foi concebida.

MATRIZ DE ADEQUABILIDADE							
LAE	PERT	INTG	CAMPO DE ABORDAGEM			OPORT	APRV
			NIV	AMPL	ALC		
LAE 1	S	S	S	S	S	S	S
LAE 2	S	S	S	S	S	S	S
LAE 3	S	N	S	S	S	S	N
LAE 4	S	S	S	S	S	S	S
LAE 5	S	S	S	S	S	S	S

LAE 6	S	S	S	S	S	S	S
LAE 7	S	N	S	N	S	N	N
LAE 8	S	S	S	S	S	S	S
LAE 9	S	S	S	S	S	S	S
LAE 10	S	S	S	S	S	S	S

9.4. Teste de Exequibilidade

“Uma LAE é exequível quando, independentemente de seu custo, pode ser executada, uma vez considerados os meios existentes e as restrições operacionais e temporais”. (ESG, 2020).

MATRIZ DE EXEQUIBILIDADE						
LAE	REC HUMANOS	REC MAT	REC FIN	REC TECN	TEMPO	APROV
LAE 1	S	S	S	S	S	S
LAE 2	S	S	S	S	S	S
LAE 4	S	S	S	S	S	S

LAE 5	S	S	S	S	S	S
LAE 6	N	S	S	N	N	N
LAE 8	S	S	S	S	S	S
LAE 9	S	S	S	S	S	S
LAE 10	S	S	S	S	S	S

9.5. Teste de Aceitabilidade

“O Teste de Aceitabilidade possibilita a hierarquização das LAEC”. (ESG, 2020).

MATRIZ DE ACEITABILIDADE					
LAEC	SEG (x2)	LOG (x3)	FIN (x2)	POL (x3)	SOMA
LAEC 1	90	70	50	90	760
LAEC 2	50	90	70	70	720
LAEC 4	80	70	60	70	700
LAEC 5	80	60	60	60	540
LAEC 8	90	90	90	80	870
LAEC 9	90	90	90	80	870
LAEC 10	90	90	90	80	870

9.6. Opção Estratégica

LAEC: combinação das LAEC 1, LAEC 4, LAEC 8, LAEC 9 e LAEC 10, ficando com a seguinte redação:

Implementar o SISFRON para monitorar a região Amazônica. Modernizar os equipamentos das FA e qualificar seu capital humano para ser empregado na Amazônia. Elaborar campanhas publicitárias que valorizem o nosso agrone-

gócio e o respeito que o Brasil tem com o desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente. Implementar a Política Nacional de Meio Ambiente e o Código Florestal com uma interpretação da legislação ambiental que respeite os setores produtivos, não cedendo a patrulhas ideológicas ou pressões internacionais que prejudiquem o agronegócio brasileiro ou outros interesses nacionais. Implementar o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis com soluções de dinamismo econômico para a floresta, de maneira que haja, de fato, desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

Desdobrando a LAEC temos as seguintes Ações Estratégicas:

AE 1 - Buscar a convergência de esforços entre MD, MRE, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e recursos financeiros junto Ministério da Economia para implementação do SISFRON.

AE 2 – MD adquirir da OTAN ou dos EUA equipamentos militares e celebrar convênios para capacitação dos nossos militares que serão empregados na região Amazônica.

AE 3 – Todos os Ministérios devem estimular o fundamental envolvimento de todos os segmentos da sociedade brasileira nos assuntos de defesa, para o desenvolvimento de uma cultura participativa e colaborativa de todos os cidadãos. Esclarecer a sociedade sobre o movimento Ambientalista e seus efeitos negativos para o Desenvolvimento nacional e a Soberania Nacional.

AE 4 – SECOM elaborar campanhas publicitárias que valorizem o nosso agronegócio e o respeito que o Brasil tem com o desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente.

AE 5 – MMA e MA implementar a Política Nacional de Meio Ambiente e o Código Florestal com uma interpretação da legislação ambiental que respeite os setores produtivos, gerando mínima interferência.

AE 6 – MMA e MA implementar o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis com soluções de dinamismo econômico para a floresta, de maneira que haja, de fato, desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

9.7. Diretrizes Estratégicas

“As Diretrizes Estratégicas originam-se da Opção Estratégica e tem a finalidade de orientar a elaboração, a execução e o controle dos Planos Nacionais”. (ESG, 2020).

AE	Diretriz	Prazo	Atribuição
AE 1	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir junto ao Min. Economia a estabilidade orçamentária de investimentos necessária para a condução do projeto do SISFRON. 2. Utilizar as estruturas já existentes. VRF PSB de integração com o CNAL e do CENSIPAM. 		MD, MCT&I, MRE, MinEco
AE 2	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir junto ao Min. Economia a estabilidade orçamentária de investimentos voltados à aquisição de Produtos de Defesa e preparo das FA. 2. Estabelecer GT para identificar quais materiais estão disponíveis no mercado internacional para venda. 3. Priorizar o treinamento realizado no Brasil por instrutor estrangeiro. 		MD, MinEco
AE 3	<ol style="list-style-type: none"> 1. Abordar na campanha o Ambientalismo e os interesses nela embutidos. 2. Verificar junto ao Min. Educação a PSB de divulgação de campanhas nos alunos do Ens. Fundamental e Médio da rede escolar pública. 3. Trabalhar em coordenação com o GSI. 		SECOM, todos os Ministérios
AE 4	<ol style="list-style-type: none"> 1. Divulgação maciça da campanha publicitária em todas as Mídias Sociais. 2. Trabalhar em coordenação com o MMA e MA. 		SECOM
AE 5	<ol style="list-style-type: none"> 1. Suspender a criação de novas Unidades de Conservação. 2. Criar GT para estudar possíveis desregulações ambientais. 3. Trabalhar em coordenação com o MA, Embrapa. Privilegiar os órgãos colegiados existentes. Propor a criação quando não existir. 		MMA, MA, Embrapa, IBAMA, ICMBio
AE 6	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar GT para estudar possibilidades de desburocratização e criação de possíveis incentivos para investimentos do setor privado. 		MMA, MA, MinEco

10. CONCLUSÃO

A NOM é um conjunto de iniciativas que visa a criação de uma nova sociedade, planejada para permitir e sustentar um governo mundial totalitário. Ela passa a imagem de que os problemas atuais são melhor abordados dentro de uma perspectiva global. Neste sentido, as decisões nacionais seriam substituídas, em certa medida, por decisões supranacionais, com destaque evidente para as Organizações Internacionais, em especial a ONU.

Entre os eixos principais da NOM podemos incluir o aumento do tamanho do Estado, a criação de estruturas globais que diminuam a força das soberanias nacionais, e a concentração de mercado nas mãos de grandes corporações internacionais.

Os principais agentes que conduzem, hoje em dia, os três projetos de poder global são a elite governante da Rússia e da China, a elite financeira ocidental e a Fraternidade Islâmica, sendo que a elite financeira consegue instrumentalizar as demais forças globais da NOM.

Eles atuam de todos os lugares – nos governos, nas universidades, na indústria de entretenimento, no sistema financeiro, enfim, atuam em qualquer lugar em que seja possível aumentar o tamanho do Estado, criar estruturas globais que diminuam a força das soberanias nacionais, e concentrar mercado nas mãos de grandes corporações internacionais. Em determinadas situações e épocas se antagonizam. Em outras, se apoiam mutuamente.

A NOM busca a hegemonia cultural, pois não tem interesse em mostrar a superioridade dos ideais globalistas, em confronto com as de cunho soberanista, tradicionalista ou nacionalista. É mais produtivo extirpar o discurso adversário e reduzir a discussão.

Neste sentido, a condição essencial para a consubstanciação da revolução cultural é a padronização total de ideias pela exclusão sistemática das outras e implantando uma hegemonia cultural.

Esta noção de cooperação coordenada em nível global teria necessariamente que passar por uma revisão da mentalidade da humanidade como um todo, ainda muito ligada as culturas e costumes nacionais, daí sendo priorizada pela NOM a busca de novos paradigmas e novos princípios éticos universais com um pensamento único, com a priorização dos Nominalistas em detrimento dos Realistas.

A forma de combater o assédio da NOM é romper a sua hegemonia cultural. Nesse sentido, deve-se, de uma maneira geral, privilegiar a moral judaico-cristã e o movimento conservador em geral.

O ambientalismo é a principal pauta do globalismo pois os impactos no meio ambiente e no clima global causadas pela Ação humana não respeitam fronteiras e, o modo de operação “padrão” da NOM é apresentar problemas que excedam as fronteiras dos países, cuja gravidade de consequências seja catastrófica, envolvendo a necessidade de uma coordenação global.

A NOM cobiça desde sempre as riquezas naturais do Brasil. Valendo-se da pauta ambientalista, frequentemente busca frear nosso Desenvolvimento Nacional e mitigar a nossa soberania.

A pauta ambientalista vale-se de falsos problemas globais tais como o “buraco” na camada de ozônio, o efeito estufa, a biodiversidade nas florestas tropicais úmidas ameaçada e o esgotamento dos recursos naturais não renováveis.

Como resultado desse assédio internacional, mais de 66% do território nacional encontra-se destinado à vegetação protegida e preservada, transformando o Brasil no país que mais restringe a exploração de suas matas e florestas no mundo, só não impactando mais o País graças ao agronegócio brasileiro que possui grande capacidade produtiva e, mas recentemente, graças a atuação do Governo federal, com a ativação do Conselho Nacional da Amazônia Legal para combater o desmatamento ilegal na Amazônia.

Pelo método de Planejamento Estratégico da ESG, uma possível e específica estratégia de defesa contra a NOM seria a implementação do SISFRON para monitorar a região Amazônica, modernizar os equipamentos das FA e qualificar seu capital humano para ser empregado na Amazônia, elaborar campanhas publicitárias que valorizem o nosso agronegócio e o respeito que o Brasil tem com o desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente, a implementação da Política Nacional de Meio Ambiente e o Código Florestal com uma interpretação da legislação ambiental que respeite os setores produtivos, não cedendo a patrulhas ideológicas ou pressões internacionais que prejudiquem o nosso agronegócio ou outros interesses nacionais e, a implementação do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis com soluções de dinamismo econômico para a floresta, de maneira que haja, de fato, desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

A NOM é uma grave ameaça as soberanias nacionais, consubstanciado pela fusão do poder político e econômico, em nível mundial, e contrário aos princípios da democracia, soberania nacional, integridade do Patrimônio Nacional progresso, e autodeterminação dos povos.

Outra característica da NOM que a torna ainda mais perigosa é a sua capacidade de mudar de agentes durante várias gerações, mantendo a busca por seus objetivos ativa, aguardando o melhor momento de atuar.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga. Políticas e Estratégias Nacionais do Ministério das Relações Exteriores. *In*: CONFERÊNCIA PARA O CURSO SUPERIOR DE DEFESA, 2020, Rio de Janeiro, RJ. **Apresentação**[...] Rio de Janeiro: ESG, 2020.

BERNARDIN, Pascal. **O Império Ecológico ou A Subversão da ecologia pelo Globalismo**. 1. ed. São Paulo: Vide Editorial, 2015.

BRAGANÇA, Dom Bertrand de Orleans e. **Por que o Brasil é um país atrasado?** 1. ed. São Paulo: Novo Conceito, 2018.

BRAGANÇA, Luiz Philippe de Orleans e. **Psicose ambientalista**. 7. ed. São Paulo: Instituto Plínio Correa de Oliveira, 2019.

BRASIL. [Constituição Federal (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF; Presidência da República [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: MD, 2020. Ministério da Defesa. Brasília, DF, 2020. Em apreciação no Congresso Nacional. Disponível em: http://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf. Acesso em 25 ago. 2020.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em 25 ago. 2020.

CARVALHO, Olavo de. **O Jardim das Aflições**. 3. ed. São Paulo: Vide Editorial, 2015.

CARVALHO, Olavo de. **Os EUA e a Nova Ordem Mundial**. 1. ed. São Paulo: Vide Editorial, 2012.

COSTA, Alexandre. **Introdução à Nova Ordem Mundial**. 2. ed. São Paulo: Vide Editorial, 2015.

COSTA, Alexandre. **O Brasil e a Nova Ordem Mundial**. 1. ed. São Paulo: Vide Editorial, 2018.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). **Fundamentos do Poder Nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 2020.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). **Metodologia do Planejamento Estratégico**. Rio de Janeiro: ESG, 2020.

MARTINS, Filipe G. Entrevista à InfoMoney em 03 dez. 2018 In: InfoMoney entrevista Filipe Martins- Globalismo, ONU e mudança climática. Youtube, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IH8LP1dawK4>. Acesso em 26 de agosto de 2020.

MARTINS, Filipe G. Globalismo: Teoria da Conspiração ou Fenômeno Político Observável? In: Seminário Globalismo, Ministério das Relações Exteriores, Youtube, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OlywuFI5V4k&t=50s>. Acesso em 26 de agosto de 2020.

MORGENSTEM, Flavio. **Não existe aquecimento global, existe governança global**. Podcast Gutenmorgen, episódio 39, 15JUN2017.

MOURÃO, Antônio Hamilton Martins. A retomada do desenvolvimento do Brasil pós-COVID. In: CONFERÊNCIA PARA O CURSO SUPERIOR DE DEFESA, 2020, Rio de Janeiro, RJ. **Apresentação**[...] Rio de Janeiro: ESG, 2020.

OXFORD, Universidade de. **Our Global Neighborhood: The Report of the Commission on Global Governance**. Disponível em: <https://www.gdrc.org/u-gov/global-neighborhood/>. Acesso em 15 jul. 2020.

PÉREZ, Daniel Vidal. Pesquisa e Inovação como Instrumentos de Avanço da Agricultura Brasileira. In: CONFERÊNCIA PARA O CURSO SUPERIOR DE DEFESA, 2020, Rio de Janeiro, RJ. **Apresentação**[...] Rio de Janeiro: ESG, 2020.

SANAHUJA, Juan Claudio. **Poder Global e Religião Universal**. 1. ed. São Paulo: Ecclesiae, 2012.

SCRUTON, Roger. **Filosofia Verde: Como Pensar Seriamente o Planeta**. 1. ed. São Paulo: É Realizações, 2012.

UNIDAS. Organização das Nações. **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente**. Disponível em: <https://brasil.un.org>. Acesso em 15 jul. 2020.